

Resposta à Carta de Intenção nº 002/2026 da Assender e à proposta da Associação Memórias DER-MG

Conselheiro Lafaiete, 26 de agosto de 2026.

Ao Senhor
Álvaro Eduardo Goulart
Presidente da Assender – Associação dos Engenheiros do DER/MG
À Senhora
Andréa Greiner da Cunha Salles
Presidente da Associação Memórias DER-MG

Prezados Álvaro, Andréa, engenheiras, engenheiros e servidores do DER-MG,

Ontem, quando recebi de vocês a Carta de Intenção nº 002/2026, a proposta para criação do Centro de Documentação e Memória do DER-MG, o Protocolo de Intenções da Assender e o estudo A Engenharia Pública de Minas Gerais em 26 Anos, expliquei por que não assinaria imediatamente um documento que acabava de conhecer.

Disse que faria como tenho feito com as entidades que me procuram durante esta campanha: leria o material, confrontaria as reivindicações com nosso Plano de Governo, verificaria o que cabe efetivamente ao governador e, principalmente, não assumiria compromisso cujo impacto eu ainda não pudesse medir. Disse também que faria isso durante a viagem de Belo Horizonte a Conselheiro Lafaiete e que daria uma resposta em um dia.

Aqui está ela.

Li os documentos. E começo pela conclusão: vocês têm razão sobre o problema central. Minas Gerais precisa reconstruir sua capacidade de engenharia pública.

A questão vai muito além de uma reivindicação de carreira. Um Estado que contrata obras, celebra concessões por décadas e movimenta bilhões de reais em infraestrutura precisa conservar dentro do poder público conhecimento suficiente para avaliar, contratar, fiscalizar, medir, projetar e receber aquilo que paga.

Essa conclusão é inteiramente compatível com nosso Plano de Governo. Nele já assumimos o compromisso de preservar um núcleo técnico estatal permanente e altamente qualificado, capaz de avaliar propostas, dialogar com o setor privado, estruturar projetos e fiscalizar contratos, assegurando o comando técnico do Estado sobre seus investimentos.

O diagnóstico apresentado pela Assender mostra a urgência. O último concurso público concluído pelo DER-MG ocorreu em 2013. Em audiência pública realizada em 2023, foi informado que 61% dos servidores em atividade já estavam aptos a se aposentar. O estudo entregue pela entidade registra que o órgão chegou a agosto de 2026 com apenas 881 servidores efetivos.

Não proponho retornar ao DER-MG de 18 mil servidores de outra época, quando o próprio órgão mantinha grandes equipes de conservação em campo. O problema é outro. Estamos perdendo profissionais e, junto com eles, conhecimento acumulado durante décadas.

Por isso, em resposta aos documentos que recebi, apresento os seguintes compromissos.

1. Diagnosticar a capacidade técnica da engenharia estadual

Nos primeiros cem dias de governo, realizaremos um levantamento da capacidade técnica do sistema estadual de infraestrutura, começando pelo DER-MG, identificando aposentadorias previstas, atribuições, cargos, competências, distribuição regional, especialidades, formação, idade do quadro, vacâncias e vínculos existentes.

A pergunta não será quantos servidores o DER-MG já teve. Será quantos profissionais o Estado precisa, em quais especialidades e em quais regiões, para cumprir adequadamente suas responsabilidades.

2. Estabelecer um plano plurianual de recomposição do quadro técnico

A partir desse diagnóstico, apresentaremos um plano plurianual de recomposição da capacidade técnica, com metas anuais públicas e planejamento dos concursos necessários.

O plano deverá prever período de convivência entre profissionais experientes e novos servidores. Não basta repor uma vaga depois que alguém se aposenta. Em engenharia, parte do conhecimento está nos projetos e parte está na experiência de quem conhece uma estrada, uma ponte, uma região e um terreno há décadas.

Sobre o Concurso DER-MG 01/2026, cuja condução pertence ao atual governo, manifesto desde já minha concordância com a necessidade de que o certame contemple adequadamente profissionais de Engenharia. Se o edital e as nomeações não forem suficientes para atender à necessidade comprovada do órgão, essa deficiência será incorporada ao plano de recomposição do próximo governo.

3. Estudar e encaminhar a reestruturação das carreiras da engenharia pública

O estudo da Assender demonstra uma questão institucional relevante: o Estado possui engenheiros, porém sua estrutura de carreiras não reconhece adequadamente a especificidade dessa função.

No primeiro ano de governo, instituiremos uma mesa técnica para elaborar uma proposta de reestruturação das carreiras da engenharia pública estadual, examinando atribuições, ingresso, mobilidade, progressão, remuneração e responsabilidades.

A criação de uma carreira própria de Engenheiro do Estado de Minas Gerais será formalmente examinada nesse processo, inclusive quanto à possibilidade de organização transversal no sistema estadual de infraestrutura.

Qualquer proposta será acompanhada dos necessários estudos jurídicos e dos impactos fiscais, orçamentários e previdenciários antes de seu encaminhamento à Assembleia Legislativa.

4. Colocar a Gippea e a remuneração na mesa de negociação

A defasagem remuneratória apresentada pela Assender é grave. Também merece revisão a situação da Gratificação de Incentivo à Produtividade dos Profissionais de Engenharia e Arquitetura, a Gippea, inclusive quanto ao alcance, à atualização e à relação com a estrutura permanente da carreira.

Aqui mantenho exatamente a franqueza da nossa conversa.

Não vou prometer agora a incorporação de uma gratificação, um novo vencimento ou um percentual de reajuste sem conhecer seu impacto e sem indicar de onde sairá o dinheiro. Minas Gerais já sofreu demais com compromissos assumidos sem capacidade posterior de cumprimento.

Meu compromisso é instalar uma mesa permanente de negociação, produzir os cálculos, apresentar as alternativas e construir uma trajetória de valorização compatível com a situação fiscal do Estado. Aquilo que for pactuado pelo governo será assumido para ser cumprido.

5. Fortalecer a capacidade pública de fiscalização das concessões

Concessão não significa ausência do Estado.

Nosso Plano de Governo já determina a manutenção de capacidade técnica própria para dialogar em condições adequadas com o setor privado e fiscalizar contratos. Faremos o dimensionamento das equipes necessárias para acompanhar as concessões rodoviárias durante todo o período contratual, definindo claramente as responsabilidades da Artemig, do DER-MG e dos demais órgãos envolvidos.

Se uma concessionária terá engenheiros defendendo tecnicamente seus interesses durante trinta anos, Minas Gerais também precisa ter engenheiros defendendo o interesse público durante os mesmos trinta anos.

6. Implantar transparência permanente sobre engenharia e infraestrutura

Nos primeiros 180 dias, criaremos um painel público sobre a capacidade técnica estadual em infraestrutura.

Serão divulgados, respeitadas as limitações legais, dados sobre aposentadorias, concursos, distribuição territorial, efetivo, especialidades, idade do quadro e vacâncias.

Esse instrumento será integrado ao diagnóstico anual da infraestrutura previsto em nosso Plano de Governo, com informações sobre contratos, custos, intervenções, obras, pontos críticos, prazos e situação da malha rodoviária estadual.

Transparência não servirá apenas para mostrar quanto o governo gastou. Servirá para saber o que foi entregue e qual estrutura o Estado possui para fiscalizar o dinheiro gasto.

7. Preservar e transmitir a memória técnica do DER-MG

Novos concursos não recuperarão sozinhos o conhecimento que está prestes a sair pela porta.

O plano de recomposição deverá incluir mecanismos de transmissão do conhecimento entre os profissionais em vias de aposentadoria e os novos servidores, além da organização e digitalização progressiva do acervo técnico acumulado pelo DER-MG.

Levantamentos, métodos, projetos, relatórios e soluções desenvolvidos ao longo de oitenta anos são patrimônio intelectual do Estado de Minas Gerais.

8. Inventariar e proteger o acervo histórico, artístico, documental e técnico

A reunião de ontem acrescentou ao debate uma dimensão que me sensibilizou particularmente.

A Associação Memórias DER-MG apresentou a existência de documentos, equipamentos, fotografias, mobiliário, obras de arte e projetos que contam não apenas a história de um órgão público, como também parte da história da engenharia e do desenvolvimento de Minas Gerais.

Nos primeiros cem dias, determinaremos um inventário técnico desse acervo, identificando estado de conservação, localização, relevância e titularidade e adotando as providências administrativas cabíveis para impedir descarte indevido, deterioração ou perda de bens de interesse público.

Essa medida é coerente com nosso Plano de Governo, que prevê expressamente o fortalecimento dos acervos, arquivos, instituições de memória e museus de Minas Gerais.

9. Avaliar a implantação do Centro de Documentação e Memória do DER-MG

Recebo como uma proposta concreta o projeto apresentado pela Associação Memórias DER-MG.

No primeiro ano de governo, realizaremos os estudos de viabilidade arquitetônica, cultural, financeira, jurídica e museológica para a implantação do Centro de Documentação e Memória do DER-MG, considerando prioritariamente o conjunto histórico onde funcionou a instituição, caso sua situação jurídica e patrimonial permita essa utilização.

O estudo deverá partir do trabalho que a Associação já realizou e considerar um espaço que não seja apenas memorial. Ele pode reunir arquivo técnico, educação, exposição pública, memória dos profissionais e pesquisa sobre a infraestrutura de Minas Gerais.

10. Examinar a situação do antigo complexo do DER-MG no Propag

Também examinei a preocupação apresentada pela Associação Memórias DER-MG sobre a inclusão dos antigos imóveis do Departamento entre os ativos autorizados para utilização no âmbito do Propag.

Nosso Plano de Governo trata com seriedade a situação da dívida estadual. O próximo governador receberá obrigações já assumidas por Minas Gerais e não pode simplesmente ignorá-las.

Por isso, não prometerei a retirada unilateral do imóvel do conjunto de ativos antes de conhecer as consequências financeiras e jurídicas dessa decisão.

Assumo o compromisso de determinar, no início do governo, análise específica da situação financeira, jurídica e patrimonial do complexo e, havendo viabilidade, buscar sua preservação ou a substituição por ativo compatível, sem colocar em risco as condições da renegociação da dívida.

Independentemente da solução patrimonial, o acervo artístico, documental, histórico e técnico deverá ser protegido.

Compromisso final

Há uma ideia no documento da Assender que ficou comigo durante a leitura: governos duram quatro anos, concessões duram trinta anos e rodovias duram décadas.

É exatamente por isso que Minas Gerais precisa novamente pensar sua engenharia como política de Estado.

Não assino uma promessa de reajuste cujo impacto desconheço. Não prometo criar vagas sem dimensionar quantas e quais são necessárias. Não prometo retirar um imóvel de uma negociação bilionária da dívida sem conhecer as consequências.

Assumo compromissos que posso defender e, eleito, cobrar de mim mesmo: diagnóstico, diálogo permanente, planejamento plurianual, preservação da memória, profissionalização, recomposição responsável do quadro técnico e transparência radical.

O livro que recebi de vocês conta oitenta anos de uma instituição que foi escola de engenharia para Minas Gerais e para o Brasil. O desafio agora não é apenas homenagear esse passado. É impedir que o conhecimento acumulado por essas gerações desapareça e preparar o DER-MG para os próximos oitenta anos.

Engenharia pública forte não significa um Estado que precise executar tudo diretamente. Significa um Estado que sabe o que contrata, sabe quanto deve pagar, sabe fiscalizar o que recebe e possui profissionais capazes de defender o interesse público diante de qualquer contratado ou concessionário.

Ontem pedi um dia para estudar.

Hoje, depois de ler o que vocês me entregaram, esta é minha resposta e meu compromisso.

Atenciosamente,

Gabriel Azevedo

Candidato a Governador do Estado de Minas Gerais

MDB